

Viagem à terra da corrupção e da fraude

É fácil ocupar terras ao longo da Transamazônica: basta subornar um funcionário do Incra. A corrupção é praticada à vista de todos, descaradamente. O presidente do Incra, Paulo Yokota — que há menos de um mês denunciou a "grilagem" de 900 mil hectares de terras na Amazônia — já recebeu relatórios denunciando dezenas de funcionários. Um dos acusados foi seu próprio chefe de gabinete, José Reinaldo Vieira da Silva. Depois das denúncias ele foi promovido a diretor da Divisão de Cadastro, em Brasília.

Nesta última reportagem da série sobre os 10 anos da Transamazônica, *O Estado de S. Paulo* publica com exclusividade as conclusões de uma das comissões de inquérito instituídas para apurar denúncias de corrupção na Transamazônica. Publica, também com exclusividade, estudos e pesquisas de cientistas norte-americanos sobre a fracassada experiência do governo Médici, que pretendia assentar ao longo da estrada 500 mil famílias, em cinco anos, e só conseguiu assentar 10.037, em 10 anos, abandonando-as depois no meio da selva.

Todos são enganados na capital da farsa

Altamira, capital da Transamazônica, tornou-se conhecida, no passado, pela violência da nova fronteira ocupada à força. A partir desta reportagem, poderá ser reconhecida como a capital da corrupção e da fraude. Aqui, até o presidente da República foi enganado.

Parece que desconfiaram de alguma coisa em Brasília e mandaram uma comissão de inquérito do SNI a Altamira, para apurar possíveis irregularidades nos escritórios locais do Incra, mas nada foi apurado.

A intrincada, às vezes confusa rede de irregularidades, que inclui suborno de funcionários públicos e especulação com terras do União, começa no escritório do Projeto Fundiário de Altamira e termina no próprio gabinete do presidente do Incra, em Brasília. O ex-chefe de gabinete, José Reinaldo Vieira da Silva, parente do ex-presidente do organismo, Lourenço Vieira da Silva, foi um dos principais acusados, em dezembro do ano passado. Mas não foi punido — pelo contrário, chegou a ser promovido: é, desde fevereiro, o diretor da Divisão de Cadastro.

O Incra instituiu em setembro do ano passado uma Comissão de Inquérito para apurar em Altamira a fraude na venda de 26 lotes de terra da gleba "Pacajazinho", do dentista Ney Blazio Filho, cujo pai é um fazendeiro de Brasília. Após três meses de investigações, a Comissão descobriu que aquela fraude era apenas uma fração do enorme sistema de corrupção descrito num relatório de 61 páginas, desde janeiro deste ano em mãos do presidente do Incra, Paulo Yokota, à espera de providências. Outras denúncias continuam sendo investigadas, não só em Altamira, mas também em Marabá e Itaituba.

A Comissão de Inquérito presidida pelo procurador Donato Cardoso de Souza não esperava encontrar fraudes tão graves, envolvendo tantas e tão influentes pessoas, quando foi a Altamira para apurar as denúncias da funcionária Rosemary Sanches Pereira ao Coordenador do Incra em Belém, dando início ao processo de nº 1.314/79, sobre a gleba "Pacajazinho". A partir daí, a comissão cobrou 42 depoimentos, dos quais 37 são notificações e apenas cinco espontâneos.

A comissão funcionou inicialmente numa das dependências do Projeto Fundiário de Altamira, mas "por questão de segurança e de maior proveito das investigações", esclarece o presidente da comissão, acabou transferida para um alojamento especial no quartel do 51º Batalhão de Infantaria da Selva.

A comissão não levou adiante as investigações a respeito das fraudes atribuídas ao então chefe de gabinete da presidência do Incra, José Reinaldo Vieira da Silva, preferindo deixá-las "a critério da conveniência legal da douta direção da autarquia". Entre os demais implicados nos processos da gleba "Pacajazinho", não foi ouvido o ex-advogado do Incra e ex-chefe do Grupamento Fundiário em Altamira, Afonso Euclides de Oliveira Coelho, um dos principais implicados, "em virtude de encontrar-se foragido da Transamazônica".

A funcionária Rosemary Sanches Pereira, ao confirmar sua primeira denúncia, acrescentou que, ao fiscalizar certas áreas no quilômetro 308 da Transamazônica, no trecho Marabá-Altamira, pôde observar "um movimento de invasores aliciados por grileiros, em lotes de 3 mil hectares". Entre esses grileiros, ela pôde identificar Manoel Messias Pereira, cunhado do representante do prefeito de Portel na área do Pacajá, João Leite; José Alves, o José Paea, de Marabá; Lourenço da Costa Macedo; e Francisco Pereira do Nascimento. Eram orientados "por um funcionário do Incra em Marabá, que não pôde ser identificado".

O técnico agrícola José de Matos Mota disse em seu depoimento que o advogado Afonso Euclides de Oliveira Coelho e o cirurgião-dentista Ney Blazio Filho prometeram-lhe compensação em dinheiro, para facilitar o assentamento fictício de colonos nos 26 lotes da gleba "Pacajazinho", que acabaram sendo fraudulentamente vistoriados mais tarde, para "legalização". O dentista, ex-estagiário do Projeto Rondon em Altamira, é filho dos proprietários da Fazenda Europa, nas proximidades de Brasília, e durante sua estada na Amazônia resolveu instalar-se na região.

Ele próprio confessou a comis-

são de inquérito no Incra que, após seu estágio, em março de 1978, voltou a Altamira, em agosto do mesmo ano, ocasião em que achou "muito bonita" a região do rio Anapu onde se situa a gleba "Pacajazinho", decidindo então "legalizar aquelas terras em seu nome ou em nome de terceiros, sob seu controle — orientação que afirma ter recebido do advogado Afonso Euclides de Oliveira Coelho, na época chefe do Grupo Fundiário, e do agente administrativo Valdir Coelho.

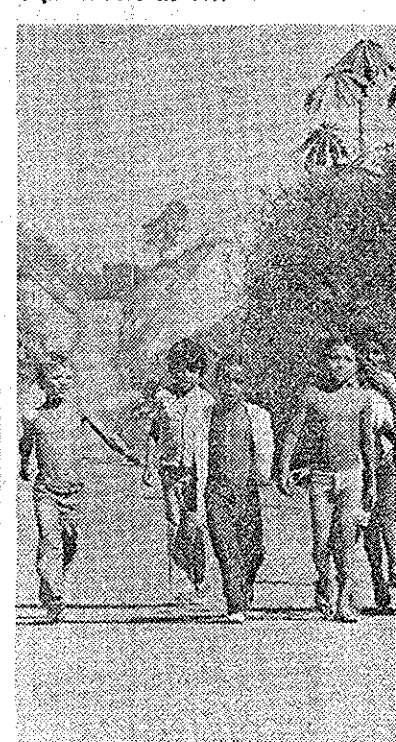
Isso combinado — os dois funcionários do Incra prometeram facilidades para a transação —, o dentista viajou para Brasília, lá selecionando 26 pessoas de sua confiança, para habilitá-las à compra das terras. Eram 10 empregados da fazenda de seus pais, uma tia, sua namorada, de nome Norma, além de outros parentes e pessoas conhecidas. Não satisfeito com isso, ainda comprou uma posse de terras com 2.500 hectares, nos quais instalou uma família de sua confiança. O dentista disse que desistiu das terras após a descoberta da fraude. Ao defender-se, acusou a empresa Tramontella, de Altamira (especializada na medição de terras), de também subornar técnicos ou agrimensores do Incra.



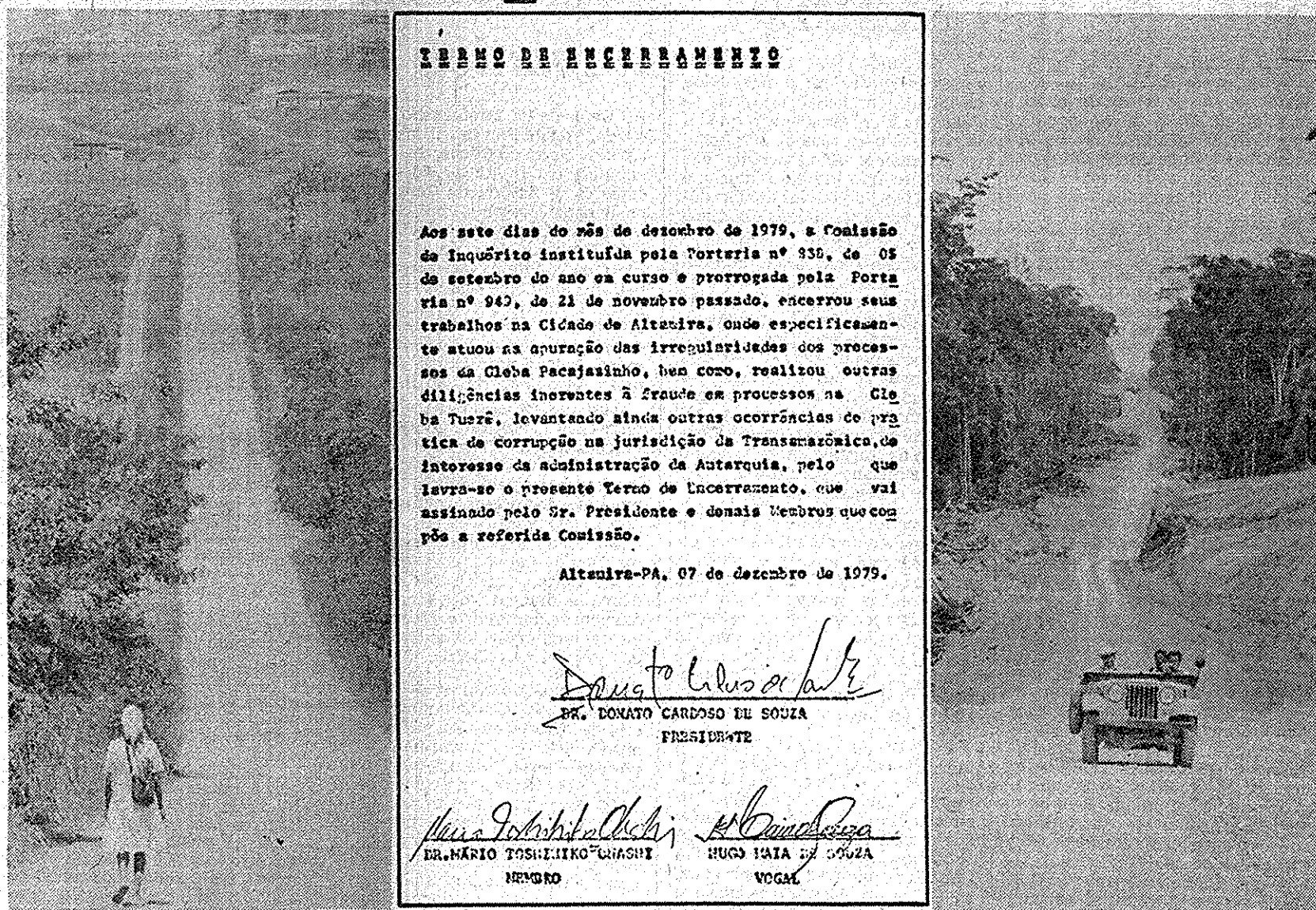
Os técnicos agrícolas Haroldo Malveira, Guilherme Augusto Rodrigues Leite, José de Matos Mota e José Maria Jeremias, acusados de assinar laudos falsos e outros documentos fraudulentos, defenderam-se, alegando que só o fizeram por ordem do chefe do Grupamento Técnico, agrônomo Eurico Bezerra dos Santos Filho.

Outro implicado em processo por corrupção administrativa é o técnico agrícola Ilmo Luis Broseghini, que pediu demissão do Incra para associar-se à firma Planterra, idealizada por seu antigo chefe, Afonso Euclides de Oliveira Coelho. Broseghini negou ter participado da fraude da gleba "Pacajazinho", mas admitiu ter preenchido 15 ras-cunhos de uma vistoria fraudulenta na gleba "Tueré", com 45 mil hectares em abril de 1979 — quando Afonso Euclides ainda era chefe do Grupamento Fundiário.

As terras dessa gleba, acrescentou Broseghini, foram visitadas por ele com o apoio de grileiros, que lhe deram condução e recursos para a vistoria irregular. Disse, porém, ter sempre obedecido ordens de Afonso Euclides e de outro ex-advogado do Incra, Euclides de Miranda Júnior, os mesmos que possibilitaram sua entrada na firma Planterra, como sócio, embora não tivesse capital para subscrever as cotas que lhe couberam. Tal subscrição, explicou, foi feita "de maneira fictícia". Ou seja: ele nada pagou, mas em recompensa por seus bons serviços tornou-se sócio, com salário mensal e prolembore de 7%.



Que futuro espera as crianças da Transamazônica? Seus pais perderam tudo. Não há escolas



Um longo caminho para lugar nenhum. Nessa estrada só há lugar para invasores, espertos e vigaristas

Nem Figueiredo escapou

Quando visitou Altamira, no dia 27 de julho do ano passado, o presidente João Figueiredo foi saudado pelo presidente da Associação Rural de Altamira, João Alves Filho, o João Mato Grosso, invasor de terras. A seguir, o presidente distribuiu títulos de propriedade para 500 "pequenos agricultores", sem saber que vários deles eram empresários e comerciantes da região — falsos colonos, portanto.

Muitos que assistiam à solenidade de reprimiram o riso. Um dos comerciantes chegou ao absurdo de pôr um chapéu de palha e a vestimenta de maneira modesta: era o ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Altamira, Josimar Martins, um paulista que chegou à região em 1971, para especular com terras e criar sua primeira empresa, a Importadora Paraense. Entre os demais empresários estavam o poderoso José Avelino Neto, dono das Organizações Sulnorte e sócio da Rádio Transamazônica; Diolindo Alves Farrapo, dono da "Casa Abílio"; Francisco Patrício de Gouveia, da "Cerealista Parabano"; Francisco Torres Veras, da "Comércio Representações de Bebidas Ltda"; Antenor Falcão de Oliveira, proprietário do "Mercado de Oliveira"; e vários outros.

A maioria desses comerciantes (legalmente impedidos de adquirir terras reservadas para colonização, por decreto federal) detém as terras só para especulação. Situação anômala caracteriza também os ocupantes de uma área de 500 mil hectares, selecionados em Altamira, com autorização do Incra, embora os lotes estejam inseridos no Polígono de Colonização criado ainda pelo presidente Médici. Parte do Polígono foi dividida em mil lotes de 500 hectares, que funcionários do Incra "venderam".

Um dos denunciados pela venda fraudulenta é o atual diretor da Divisão de Cadastro em Brasília, José Reinaldo Vieira da Silva. Os denunciantes asseguraram que ele facilitou a ocupação dessas terras por fazendeiros, alguns dos quais puderam invadir não apenas um, mas vários lotes. A maioria dos fazendeiros foi "atraída" do Paraná pelos próprios funcionários do Incra, que afirmavam terem condições de "garantir" a transação ilícita.

Agora, com a descoberta das fraudes, o Incra pretende retomar todos os lotes, distribuindo a cada um de seus ocupantes (vários com fazendas relativamente bem organizadas, algumas com dois mil bois) um único lote de 500 hectares, sem indenização das benfeitorias. As terras apreendidas, explicou um procurador do Incra, serão divididas em lotes de 100 hectares, para distribuição entre pequenos proprietários.

— Existe uma máfia tão grande dentro do Incra — acusa o mesmo procurador — que, se algum funcionário quiser denunciar seus interesses escusos, acaba envolvido nas denúncias, demitido ou até preso.

A funcionária Rosemary Sanches Pereira, que deu origem às primeiras denúncias de corrupção, foi várias vezes advertida por seus superiores, e até impedida, pelo próprio ex-executor do Projeto Fundiário Altamira, Francisco Antônio Costa, de vistoriar glebas fraudulentamente vendidas — o que ele acabou fazendo por sua própria conta.

Foi a partir de suas denúncias sobre irregularidades numa única gleba, que a comissão de inquérito do Incra chegou ao estranho caso dos "falsos colonos", e ao envolvimento de várias outras pessoas, dentro e fora do Incra, numa espessa rede de acusações e contra-acusações.

A técnica agrícola Vera Lúcia Nogueira afirmou que, em 1974, o agrônomo Hélio Segismundo Oliveira Reis reservou para ele mesmo uma área de terra na rodovia Ernesto Acioly, perto de Altamira, vendendo-a depois para Eval Galazi, ao mesmo tempo em que providenciava um título de propriedade não para o comprador, mas para Carlos Abdoral de Oliveira.

Declaração falsa

O executor do Projeto Fundiário, Francisco Antônio Costa, foi comunicado dessa irregularidade pela advogada Graciete Ferreira Kemper, chefe-substituta do Grupamento Fundiário — mas não tomou nenhuma providência. Outra funcionária do Incra, a advogada Acelina Calderaro Neves Carneiro, disse que o executor Francisco Antônio Costa uniu-se a outros importantes funcionários "numa espécie de conluio quanto a tráfico de negócios".

Acrescentou que Francisco Antônio Costa é pessoa "muito envolvente", lembrando que conseguiu enganar até mesmo a Comissão do SNI que foi à cidade para investigar as denúncias, convidando os agentes para "um jantar à luz de vela, notabilizando-se esse agape com a mais grã-fina reunião social que já houve em Altamira". A notícia desse jantar chegou ao conhecimento do comandante do 51º Batalhão de Infantaria da Selva, coronel Paulo Isaías. Ele também criticou a reunião, admitindo que os agentes do SNI tiveram a atenção "desviada" pelos envolvidos nas denúncias.

O mesmo Francisco Antônio Costa demitiu do Incra o topógrafo Justo Marques da Costa Filho, que apontou erros técnicos na medição de terras. Esses erros prejudicavam o Incra em 4.500 hectares. O topógrafo informou que um terreno na rodovia Ernesto Acioly foi irregularmente transferido, por meio de medição fraudulenta, para João Alves Filho, o João Mato Grosso, presidente da Associação Rural de Altamira, "mediante arranjo do dr. Hélio Segismundo Oliveira Reis".

O denunciante afirma também que foi procurado em sua casa por

um certo Rubens, que lhe ofereceu Cr\$ 30 mil em troca de uma declaração falsa, dando por liberada a medição de sua fazenda. O topógrafo negou-se a dar o referido documento — mas dias depois o fazendeiro conseguiu-o de outra fonte, "prova-velmente do dr. Francisco Antônio Costa, pois somente o executor pode liberar esse atestado, necessário para a obtenção de financiamento no Banco do Brasil".

Há outra denúncia dando conta que o executor do Projeto Fundiário procurou o presidente da firma Tramontella, Helcias de Nisa e Castro, a quem pediu um atestado, num memorial descritivo e planta fictícios de uma área de 3 mil hectares, pois pretendia presentear-lhe "a um irmão de maçonaria, para financiamento no Banco do Brasil". O pedido não foi atendido.



Ao depor junto à comissão de inquérito, o acusado Hélio Segismundo Oliveira Reis declarou: "É frequente os funcionários do Projeto Fundiário receberem propostas em dinheiro de pessoas que desejam legalizar suas terras". Um certo Josias Cândido ofereceu-lhe Cr\$ 100 mil para que o auxiliasse na venda de 2.700 hectares ainda não titulados. Negou, porém, que tenha recebido esse dinheiro, e disse saber da existência de um "expediente" vindo de Brasília, "assinado por Cristiano Machado Neto, permitindo que o Projeto Fundiário regularize glebas de 3.000 hectares", o que contrariava a lei.

O mesmo denunciado disse também que, "ao tempo em que Francisco Antônio Costa era executor, somente havia facilidades aos que fossem da Maçonaria, do Rotary e do Lions Clube", e que o antigo executor possui um lote de 3 mil hectares, em nome de terceiro, no quilômetro 101 da Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba.

Para não denunciar irregularidades envolvendo a alta direção do Projeto Fundiário de Altamira, outro topógrafo, Júlio Alves da Silva, confessou ter recebido Cr\$ 25 mil do chefe do Grupamento Técnico, Eurico Bezerra dos Santos Filho. Disse também que a firma Tramontella recebeu comissão como parte de um contrato ilícito para medição de terras, beneficiando o comerciante Josimar Martins.

Outro denunciado foi o gerente do Banco do Brasil em Altamira, Darcy Afonso, "presenteado" com 3.000 hectares de terras pelo seringueiro Istvan Szucs, de nacionalidade húngara. O autor da denúncia, proprietário da empresa de planejamento Nortplan, Antônio Inácio de Lucena, acrescentou que o gerente do banco (de quem o seringueiro esperava receber polpudo empréstimo), ao ser denunciado em Brasília, pediu ao doador que registrasse as terras não em seu nome, mas no do irmão.

O gerente do Banco do Brasil, ao defender-se, acusou seu denunciante, argumentando que ele assim procedia por ser seu inimigo desde que descobriu irregularidades na firma Nortplan. Essa firma, diz Darcy Afonso, forjava projetos agropecuários para receber financiamentos do Banco do Brasil. O proprietário da Nortplan, por sua vez, estendeu suas denúncias ao agrônomo Francisco Braz Nogueira, que dirigia o Projeto Integrado de Colonização de Altamira em 1976: garante que o funcionário deve ter recebido quase Cr\$ 3 milhões de "propinas" de interessados na aquisição de terras, cujos nomes conhecia, mas recusa-se a revelar.

Outros denunciantes asseguram que vários funcionários do In-

cra reservaram lotes para eles mesmos, ao longo da Transamazônica. Entre estes, figuram como denunciados o agrônomo Silvério Melotti, o servidor Luis Saraiva, o ex-técnico agrícola Milton Amorim, o advogado Afonso de Miranda Marques, o técnico agrícola Antônio Marciano e o agrônomo Alzindo Campos, que tomou para si um lote no quilômetro 30, expulsando de lá 33 colonos com suas famílias e registrando as terras em nome de seu pai, para não ser descoberto.

A extorsão

Os funcionários Alzindo Campos, Raimundo Nonato Brito e Francisco Braz Nogueira são acusados também de tentativa de extorsão, pelo colono Alexandre Frossad. Como a família Frossad, possesora da fazenda "Selva Amazônica", 9 mil hectares, não quis pagar o que eles pediam, estes funcionários "venderam" parte das terras para César Amílcar Gonçalves, comerciante de doces e bombons em Belém. O comerciante procurou os proprietários e, por sua vez, pediu-lhes Cr\$ 600 mil para desistir da posse das terras.

Dos principais denunciados, enfim, está foragido apenas Afonso Euclides de Oliveira Coelho. O ex-executor do Projeto Fundiário, Francisco Antônio Costa, é hoje proprietário do Bar Acapulco, em Altamira, e de várias fazendas. Ouvindo pela comissão de inquérito — relatório do presidente da mesma, procurador Donato Cardoso de Souza — "tentou promover-se", denegando o Incra e elogiando o seu próprio trabalho, enquanto funcionário da autarquia.

O acusado disse que as irregularidades existiam muito antes de sua chegada a Altamira, onde, segundo argumentou, "não é possível saber-se com exatidão, quais terras são de domínio do Incra, quais são particulares ou quais são áreas devolutas da União". Aproveitou para afirmar que "há em Altamira algumas pessoas que são trambiqueiros de terras, não possuindo muitos deles cabeças de gado, embora consigam financiamentos do Banco do Brasil, com os quais compram carros de luxo e casas com piscinas, fazendo outros investimentos".

A tomada de depoimentos foi encerrada com as declarações do comandante do 51º Batalhão de Infantaria da Selva, tenente-coronel Paulo Isaías de Macedo Filho. O militar disse que a situação dos colonos na região de Altamira é difícil, pois não conseguem escoar sua produção, "pela falta de acesso rodoviário". Também ele acusou o atual diretor da Divisão de Cadastro do Incra, José Reinaldo Vieira da Silva, de envolvimento em atividades ilícitas, manifestando esperança de que essas irregularidades sejam logo extintas, pois ele teme a transformação de toda a área num perigoso foco de conflitos sociais.

Na conclusão de seu relatório ao presidente do Incra, o procurador Donato Cardoso de Souza sugeriu, para os comprovadamente culpados de corrupção administrativa, penas previstas no Código Penal, estendidas também aos que tentaram ou conseguiram subornar e corromper funcionários. O relator pediu também a transferência para Belém da principal denunciante, Rosemary Sanches Pereira, por temer seja ela alvo de represálias. O relatório foi encaminhado a Brasília no dia 7 de dezembro do ano passado.

